

COM BASE NO EDITAL DE ABERTURA - CONCURSO PÚBLICO N° 01/2025



MAUÁ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ - SÃO PAULO

ASSISTENTE SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Informática
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





MAUÁ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ - SÃO PAULO

ASSISTENTE SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA - CONCURSO
PÚBLICO N° 01/2025

CÓD: OP-135JN-26
7908403587742

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos: compreensão global do texto; identificação de ideias principais e secundárias; inferência de informações implícitas; intertextualidade e relações entre textos; coesão e coerência textual: uso de conectivos e operadores argumentativos; paragrafação e organização lógica do discurso; clareza e concisão no texto....	7
2. Tipos e gêneros textuais: texto narrativo, descritivo, dissertativo, injuntivo, argumentativo, técnico-científico, acadêmico e jornalístico; estrutura e características de cada gênero.....	15
3. Ortografia e acentuação: regras do Novo Acordo Ortográfico; uso correto de SS, Ç, X, CH, S e Z.....	22
4. Hifenização.....	25
5. Pontuação: uso correto da vírgula, ponto final, ponto e vírgula, dois-pontos, travessão, aspas, parênteses e reticências	26
6. Morfologia (sintaxe): estrutura e formação das palavras; substantivos (tipos e flexões), adjetivos (graus e locuções adjetivas), pronomes (tipos e colocação), verbos (modos, tempos, regência, vozes verbais), advérbios, preposições e conjunções; sintaxe e estruturação do período: termos essenciais, integrantes e acessórios da oração; sujeito e predicado; Períodos e orações: coordenação e subordinação; tipos de orações coordenadas e subordinadas; análise sintática dos períodos simples e composto	30
7. Regência verbal e nominal.....	34
8. Concordância verbal e nominal	35
9. Uso correto da crase	37
10. Figuras de linguagem e funções da linguagem: metáfora, metonímia, hipérbole, ironia, eufemismo, antítese, pleonasmo; funções da linguagem (emotiva, referencial, conativa, fática, poética e metalingüística).....	40
11. Estilística e semântica: ambiguidade e polissemia; conotação e denotação; sinonímia e antônímia; Palavras homônimas e parônimas	44
12. Variação linguística	47

Matemática

1. Conjuntos numéricos: estudo de naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais, incluindo intervalos numéricos e propriedades.....	55
2. Funções matemáticas: definição e análise de funções do 1º e 2º graus, exponenciais e logarítmicas, crescimento e decrescimento, além de gráficos; Limites e derivadas: noção de limite de funções, cálculo de limites, derivadas e suas aplicações em taxas de variação, máximos e mínimos	62
3. Matrizes, determinantes e sistemas: operações com matrizes, cálculo de determinantes, matriz inversa, sistemas lineares e Regra de Cramer	91
4. Progressões e análise combinatória: estudo de PA e PG, princípio fundamental da contagem, arranjos, permutações e combinações; Probabilidade e estatística: cálculo de probabilidades, variáveis aleatórias, distribuição normal e binomial, média, moda, mediana, desvio padrão e variância	101
5. Geometria analítica e trigonometria: estudo de retas e circunferências no plano cartesiano, equações correspondentes, ângulos e arcos, leis dos senos e dos cossenos	113
6. Cálculo diferencial e integral: derivadas, integrais definidas e indefinidas, aplicações em cálculo de áreas e volumes	126
7. Raciocínio lógico e matemática discreta: proposições e conectivos lógicos, tabelas-verdade, teoria dos grafos, algoritmos e lógica matemática	128
8. Matemática financeira: juros simples e compostos, taxas de juros, capitalização e descontos, valor presente e futuro, amortizações e séries financeiras	140

ÍNDICE

Informática

1. Conceitos básicos de hardware e software; componentes de um microcomputador e periféricos de entrada, saída e armazenamento.....	157
2. Sistema operacional Windows: área de trabalho, janelas, menus, arquivos e pastas; operações de criação, cópia, exclusão e movimentação de arquivos	159
3. MS-Word: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, tabelas, impressão.....	161
4. MS-Excel: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas e colunas; elaboração de tabelas e gráficos; uso de fórmulas e funções básicas	170
5. Internet e correio eletrônico: conceitos de URL, links, sites e buscas; utilização de navegadores (Chrome, Firefox, Edge) e de correio eletrônico (preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos).....	178
6. Segurança da informação: noções de vírus, malware, phishing; uso de antivírus, firewall e boas práticas de navegação segura	183

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. Política de Assistência Social: fundamentos constitucionais, princípios e diretrizes estabelecidos pela Constituição Federal	193
2. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)	194
3. Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	205
4. Estrutura da proteção social básica e especial organização e competências da gestão municipal; processos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais.....	211
5. Legislação complementar: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	213
6. Estatuto do Idoso, com ênfase na articulação intersetorial da assistência social com as políticas de saúde, educação e direitos humanos	252
7. Ética profissional: princípios éticos, fundamentos do Código de Ética e responsabilidades no atendimento às famílias e indivíduos.....	263
8. Técnicas de intervenção profissional: entrevista, visita domiciliar, relatório social, estudo de caso e demais instrumentos utilizados na análise e acompanhamento das situações de vulnerabilidade e risco social	269
9. Direitos humanos e cidadania: garantias fundamentais, proteção social e promoção da dignidade humana.....	272
10. Legislação municipal pertinente à política de assistência social.....	273

LÍNGUA PORTUGUESA

**LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS:
COMPREENSÃO GLOBAL DO TEXTO; IDENTIFICAÇÃO
DE IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS;
INFERÊNCIA DE INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS;
INTERTEXTUALIDADE E RELAÇÕES ENTRE
TEXTOS; COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL: USO DE
CONECTIVOS E OPERADORES ARGUMENTATIVOS;
PARAGRAFAÇÃO E ORGANIZAÇÃO LÓGICA DO
DISCURSO; CLAREZA E CONCISÃO NO TEXTO**

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

► Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

▪ Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema

denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

▪ Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

▪ Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

▪ **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

▪ **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

▪ **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

AMOSTRA

▪ **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

▪ **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

▪ **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

▪ **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

▪ Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

► Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada

maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

▪ Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

▪ Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

MATEMÁTICA

CONJUNTOS NUMÉRICOS: ESTUDO DE NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, IRRACIONAIS E REAIS, INCLUINDO INTERVALOS NUMÉRICOS E PROPRIEDADES

PROPRIEDADES NO CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

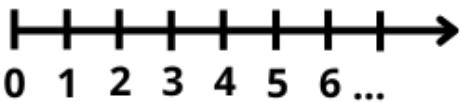
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.

$\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.

$\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

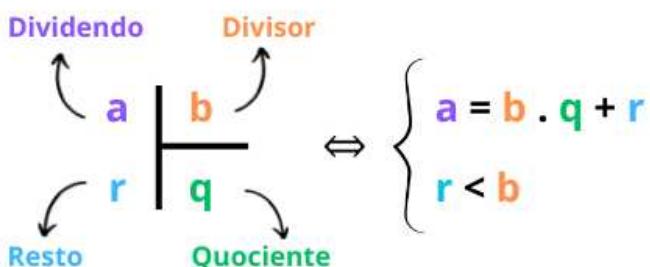
Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

• 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ". . ." para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 5 = 9$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q, então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

AMOSTRA

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números NaturaisPara todo a, b e c em \mathbb{N}

- 1) Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$
- 2) Comutativa da adição: $a + b = b + a$
- 3) Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$
- 4) Associativa da multiplicação: $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- 5) Comutativa da multiplicação: $a \cdot b = b \cdot a$
- 6) Elemento neutro da multiplicação: $a \cdot 1 = a$
- 7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- 8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- 9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1) Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Solução: Resposta: D.

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

2) João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1^a Zona Eleitoral	2^a Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branos	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Solução: Resposta: E.Vamos somar a 1^a Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$ 2^a Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$ Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE E SOFTWARE; COMPONENTES DE UM MICROCOMPUTADOR E PERIFÉRICOS DE ENTRADA, SAÍDA E ARMAZENAMENTO

Hardware

Hardware refere-se a parte física do computador, isto é, são os dispositivos eletrônicos que necessitamos para usarmos o computador. Exemplos de hardware são: CPU, teclado, mouse, disco rígido, monitor, scanner, etc.

Software

Software, na verdade, **são os programas usados para fazer tarefas e para fazer o hardware funcionar**. As instruções de software são programadas em uma linguagem de computador, traduzidas em linguagem de máquina e executadas por computador.

O software pode ser categorizado em dois tipos:

- Software de sistema operacional
- Software de aplicativos em geral

▪ Software de sistema operacional

O software de sistema é o responsável pelo funcionamento do computador, é a plataforma de execução do usuário. Exemplos de software do sistema incluem sistemas operacionais como Windows, Linux, Unix, Solaris etc.

▪ Software de aplicação

O software de aplicação é aquele utilizado pelos usuários para execução de tarefas específicas. Exemplos de software de aplicativos incluem Microsoft Word, Excel, PowerPoint, Access, etc.

Para não esquecer:

HARDWARE	É a parte física do computador
SOFTWARE	São os programas no computador (de funcionamento e tarefas)

Periféricos

Periféricos são os dispositivos externos para serem utilizados no computador, ou mesmo para aprimorá-lo nas suas funcionalidades. Os dispositivos podem ser essenciais, como o teclado, ou aqueles que podem melhorar a experiência do usuário e até mesmo melhorar o desempenho do computador, tais como design, qualidade de som, alto falantes, etc.

Tipos:

PERIFÉRICOS DE ENTRADA	Utilizados para a entrada de dados;
PERIFÉRICOS DE SAÍDA	Utilizados para saída/visualização de dados

▪ Periféricos de entrada mais comuns.

▪ O teclado é o dispositivo de entrada mais popular e é um item essencial. Hoje em dia temos vários tipos de teclados ergonômicos para ajudar na digitação e evitar problemas de saúde muscular;

▪ Na mesma categoria temos o scanner, que digitaliza dados para uso no computador;

▪ O mouse também é um dispositivo importante, pois com ele podemos apontar para um item desejado, facilitando o uso do computador.

▪ Periféricos de saída populares mais comuns

▪ Monitores, que mostram dados e informações ao usuário;

▪ Impressoras, que permitem a impressão de dados para material físico;

▪ Alto-falantes, que permitem a saída de áudio do computador;

▪ Fones de ouvido.

Sistema Operacional

O software de sistema operacional é o responsável pelo funcionamento do computador. É a plataforma de execução do usuário. Exemplos de software do sistema incluem sistemas operacionais como Windows, Linux, Unix, Solaris etc.

▪ Aplicativos e Ferramentas

São softwares utilizados pelos usuários para execução de tarefas específicas. Exemplos: Microsoft Word, Excel, PowerPoint, Access, além de ferramentas construídas para fins específicos.

ARMAZENAMENTO

A Memória é o local onde a informação fica armazenada e essa informação pode ser volátil ou permanente.

► Tipo principal / primária

AMOSTRA

▪ **Memória CACHE:** É uma memória utilizada para a recuperação rápida para processador. Desta forma em operações repetidas, a 1^a vez da execução é mais lenta e a 2^a vez é mais rápida. A memória CACHE retém as informações principais agilizando assim a operação. A unidade comum utilizada para a memória CACHE é o MEGABYTE (MB)

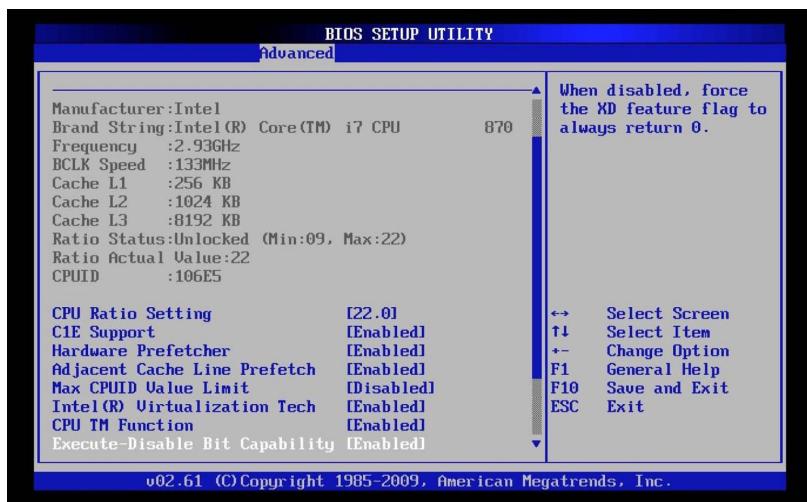
▪ **Memória RAM:** A memória RAM é a memória volátil, isto é uma memória que armazena uma informação temporária. A memória RAM depende da energia, desta forma temos que salvar as informações para que elas sejam armazenadas.

O exemplo mais comum é a digitação de um texto no WORD. Enquanto não salvamos as informações estão somente na RAM, isto é, estamos sujeitos a perder essas informações com quedas de energia, por exemplo. Por isso é importante salvar as informações.

O sistema operacional (WINDOWS, LINUX, MAC) também fica armazenado na memória RAM. Além disso a unidade de medida mais comum utilizada para a memória RAM é o GIGABYTES (GB) e temos como modelos de memórias **RAM** a **SRAM** e **DRAM**.

▪ **Memória ROM:** A memória ROM é uma memória que vem de fábrica, e diz respeito à própria placa mãe. A memória ROM é permanente, isto é, ela não será perdida em uma queda de energia como a RAM.

Na memória ROM o usuário avançado pode configurar alguns parâmetros sobre o computador. O exemplo mais comum de ROM é a BIOS (Basic input / output system) que é um chip localizado na placa mãe, tal como na figura abaixo:



► Tipo auxiliar / secundária

As memórias auxiliares são as unidades de armazenamento. São exemplos de unidades de armazenamento: HD, CD, SSD, FITA DAT, PEN-DRIVE, DISQUETES.

A tecnologia FLASH é utilizada em pen-drivers (USB Flash driver), SSD e outros dispositivos para aumentar o tempo de resposta. Quanto à capacidade de armazenamento e outras características temos figura abaixo:

Tabela de Armazenamento

Armazenamento Capacidade	Fotos						Gravação de Vídeo ¹						Uso do armazenamento				
	8MP	12MP	18MP	24MP	24 Mbps (min.)	48 Mbps (min.)	720p 30fps	1080p 30fps	4K 30fps (min.)	HD .MKV Filmes	Música .MP3	Compactado Filmes .MP4	Jogos para PC	Backups			
4GB	1500	1000	667	500	20	10	22	15	8	X	1038	3	X	X			
8GB	3000	2000	1333	1,000	40	20	44	30	16	X	2076	7	X	X			
16GB	6000	4000	2667	2,000	80	40	88	61	33	1	4151	14	X	X			
32GB	12000	8000	5333	4,000	160	80	176	122	66	2	8302	28	1	1			
64GB	24000	16000	10667	8,000	320	160	260	244	132	5	16605	56	3	2			
128GB	48000	32000	21333	16,000	640	320	352	488	264	10	33209	112	6	4			
256GB	96000	64000	42667	32,000	1280	640	704	976	528	21	66418	224	12	9			
512GB	192000	128000	85334	64,000	2560	1280	1408	1952	1056	42	132836	448	24	17			
1TB	384000	256000	170668	128000	5120	2560	2816	3904	2112	83	265672	896	48	32			
2TB	768000	512000	341336	256000	10240	5120	5632	7808	4224	166	531344	1792	96	64			

Fonte: <https://www.kingston.com/br/memory-cards/storage-chart>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES ESTABELECIDOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A Assistência Social no desenho constitucional da Seguridade Social

A Constituição Federal de 1988 promove uma mudança de paradigma ao posicionar a assistência social como política pública integrante da Seguridade Social, ao lado da saúde e da previdência. Esse enquadramento é central para concursos porque explica a natureza jurídica do direito, o público a que se destina, as formas de financiamento e, sobretudo, as regras constitucionais que orientam a organização e a gestão da política.

Em primeiro lugar, a assistência social é reconhecida como direito social. O art. 6º inclui expressamente “a assistência aos desamparados” no rol de direitos sociais, o que significa que ela não se confunde com favor estatal, filantropia ou caridade. Trata-se de um direito assegurado constitucionalmente, cujo acesso deve ser garantido por políticas públicas e por uma rede de serviços e benefícios estruturada pelo Estado. Esse ponto é recorrente em questões objetivas que tentam induzir o candidato ao erro ao afirmar que a assistência social depende de contribuição prévia ou que possui natureza meramente subsidiária.

Em segundo lugar, a assistência social está inserida no conceito constitucional de seguridade social. O art. 194 define a seguridade como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade” destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A palavra “integrado” é relevante: ela orienta a leitura intersetorial da proteção social, indicando que o enfrentamento de vulnerabilidades exige articulação entre políticas (por exemplo, saúde, educação, habitação, trabalho e renda). Ao mesmo tempo, integração não significa fusão de regimes: cada política tem natureza própria, e a assistência mantém seu caráter não contributivo.

Por fim, a Constituição ancora a assistência social em fundamentos e objetivos estruturantes do Estado brasileiro, como a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e a determinação de erradicar a pobreza e reduzir desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III).

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os fundamentos constitucionais da assistência social podem ser compreendidos em três dimensões: a dimensão de direito social, a dimensão de política integrante da seguridade social e a dimensão específica da assistência enquanto política de proteção a quem dela necessitar.

A dimensão de direito social decorre do art. 6º. Reconhecer a assistência como direito social significa que o Estado tem dever jurídico de organizar e ofertar prestações sociais, e que o

cidadão, em situação de desamparo ou necessidade, é titular de um direito e não mero beneficiário de benevolência. Esse fundamento altera o modo como o serviço social e a administração pública devem enxergar o usuário: ele é sujeito de direitos, com capacidade de demandar, participar e controlar a política. Em concursos, essa é uma distinção decisiva, porque a banca costuma contrapor “direito” versus “favor” e “universalidade de proteção” versus “concessão discricionária”.

A dimensão de seguridade social, por sua vez, aparece no art. 194 e no art. 195. O art. 194 coloca a assistência dentro do sistema de proteção social constitucional, e o art. 195 estabelece a lógica geral de financiamento da seguridade, afirmando que ela será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, por meio de recursos provenientes dos orçamentos públicos e de contribuições sociais. O candidato precisa perceber a consequência: o acesso à assistência não decorre de contribuição individual, mas do compromisso coletivo de financiamento das políticas sociais. Isso não significa ausência de regras ou critérios; significa que a elegibilidade não depende de recolhimento prévio, ao contrário do que ocorre na previdência.

A dimensão específica da assistência social está no art. 203, dispositivo que define com precisão o caráter e a finalidade da política. A Constituição determina: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”. Esse trecho deve ser memorizado, porque ele sintetiza a essência da assistência: proteção social dirigida à necessidade, com natureza não contributiva. O comando constitucional evita que a assistência seja tratada como seguro social e, ao mesmo tempo, impede que seja reduzida a um arranjo caritativo: ela é política pública estruturante de proteção social.

O art. 203 também lista objetivos constitucionais da assistência social. Entre eles, destacam-se a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida pela família, conforme dispuser a lei. Para fins didáticos, é importante enxergar a lógica da lista: a Constituição combina proteção por ciclos de vida, proteção a grupos historicamente vulnerabilizados e medidas de inclusão social, com destaque para integração ao trabalho e vida comunitária.

Um exemplo prático ajuda a fixar. Uma família em situação de ruptura de vínculos (violência doméstica, negligência, abandono, situação de rua) demanda proteção social que vai além de renda: envolve proteção à convivência familiar e comunitária, acesso a serviços e acompanhamento. Já uma pessoa idosa em extrema vulnerabilidade pode necessitar de benefício de natureza assistencial sem jamais ter contribuído para a previdência.

AMOSTRA

Esses exemplos traduzem o sentido do art. 203: a assistência responde à necessidade social e busca assegurar condições mínimas de dignidade, proteção e inclusão.

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS

O art. 194, parágrafo único, estabelece objetivos que orientam o sistema de seguridade social. Esses objetivos funcionam como princípios estruturantes do modo de pensar a proteção social no Brasil. A universalidade da cobertura e do atendimento indica que a seguridade deve abranger riscos e necessidades sociais relevantes e garantir acesso a prestações e serviços; a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços indicam que o sistema deve distribuir proteção de maneira orientada por prioridades e necessidades, ampliando justiça social; a equidade na forma de participação no custeio aponta para a ideia de que quem tem maior capacidade contributiva deve contribuir mais; a diversidade da base de financiamento reforça que a seguridade não depende de uma única fonte; e o caráter democrático e descentralizado da administração exige gestão com participação social e distribuição de responsabilidades entre os entes federativos.

Para a assistência social, dois desses elementos são frequentemente explorados em prova: universalidade e seletividade/distributividade. Aqui há uma sutileza: universalidade não significa que todos receberão benefícios monetários, mas que a proteção social deve estar disponível a quem necessitar, sem barreiras ilegítimas, por meio de portas de entrada, serviços e rede territorial acessível. Já seletividade e distributividade, na assistência, ganham contorno forte, porque a política precisa priorizar vulnerabilidades e riscos sociais e organizar suas ofertas para reduzir desigualdades concretas, garantindo que recursos públicos cheguem a quem mais precisa.

Além dessa camada, a leitura principiológica exige conectar a assistência social a fundamentos constitucionais como dignidade da pessoa humana, igualdade material e erradicação da pobreza. Esse movimento é típico da FGV, que gosta de perguntas com enunciados abstratos: por exemplo, “qual princípio constitucional justifica políticas de proteção a quem dela necessitar sem contribuição prévia?” A resposta, em geral, depende de articular dignidade, solidariedade social (na lógica do financiamento coletivo da seguridade) e a própria literalidade do art. 203.

► Diretrizes constitucionais da Assistência Social

Quanto à Assistência Social, destacam-se dois aspectos importantes:

- A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social;
- Benefício de Prestação Continuada (BPC): consiste em um benefício, no valor de um salário mínimo, pago mensalmente às pessoas com deficiência e aos idosos com mais de 65 anos.

**SEÇÃO IV
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

VI - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades benéficas e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS)**LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993**

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS**

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

COM BASE NO EDITAL DE ABERTURA - CONCURSO PÚBLICO N° 01/2025

MAUÁ-SP
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ - SÃO PAULO

**ASSISTENTE
SOCIAL**

- Língua Portuguesa
- Matemática
- Informática
- Conhecimentos Especiais